

# **Reunião do Conselho Regional da CCDR Algarve, I.P. – Mandato de 2026-2029**

## **ATA n.º 1**

Em reunião ordinária do dia 07 de janeiro de 2026, às 15h 00m, de instalação do Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I. P. mandato 2026-2029(CCDR Algarve, I. P.), em cumprimento do disposto no art.º 21.º da Lei Orgânica aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, reuniu com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e da Comissão Permanente, nos termos da alínea b) do nº 1, do art.º 20º do Decreto-Lei 36/2023, de 26 de maio, na sua versão atualizada;
3. Eleição dos representantes do Conselho Regional no Comité de Acompanhamento do Programa Regional Algarve 2030;
4. Programa Regional Algarve 2030: situação da execução e reprogramação;
5. Monitorização do Contrato-Programa celebrado com o Governo;
6. Atualização do Regimento do Conselho Regional.

O Presidente da CCDR Algarve, I.P., Dr. José Apolinário, assegurou o início dos trabalhos e a logística da reunião, convidando para a mesa o Presidente da Câmara Municipal de Faro Dr. António Miguel Pina e a Magnífica Reitora a Professora Doutora Alexandra Teodósio, uma vez que o Dr. Vitor Aleixo, Presidente da Comissão Permanente cessante já não se encontra em funções no Município de Loulé. Assim foram dadas as boas vindas aos presentes e iniciada a reunião confirmando a ordem de trabalhos, e dando uma pequena explicação sobre o disposto nos artigos 19.º, 20.º e 21.º da Lei Orgânica aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio.

Não havendo objeções por parte dos membros do Conselho Regional relativamente à composição inicial da mesa e à ordem de trabalhos proposta, o Dr. José Apolinário deu início aos trabalhos, passando de imediato ao primeiro ponto, prestando algumas informações sobre o ponto de situação da eleição do próximo Conselho Diretivo da CCDR Algarve, I.P., e sobre a implementação do Programa Regional Algarve 2030.

De seguida passou para o segundo ponto, apresentando aos presentes uma proposta de lista, composta por representantes dos municípios e de associações empresariais da região, tendo a mesma sido aceite.

A composição da Comissão Permanente, apresentada, integrava como Presidente Professor Doutor Adriano Pimpão, e Vice-Presidente Dr. Álvaro Bila (Presidente da Câmara Municipal de Portimão), e como vogais a Dra. Filomena Sintra (Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim), Dr. Manuel Marreiros (Presidente da Câmara Municipal de Aljezur), Dr. Vítor Neto (Presidente do NERA – Associação Empresarial do Algarve, em representação da CIP ) e Dr. Paulo Alentejano (Presidente da ACRAL – Associação de Comércio e Serviços do Algarve, em representação da CCP).

A proposta foi acolhida pelos membros do Conselho e tratando-se da única lista apresentada foi colocada à votação dos presentes. A proposta foi votada através de voto secreto, em urna e aprovada por maioria, com 30 votos a favor, um voto em branco e um voto contra, dos 32 membros presentes com direito a voto.

Após a votação, tomaram lugar na mesa, os membros da Comissão Permanente eleita, passando a reunião a ser conduzida pelo presidente eleito.

Que de imediato, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, eleição dos representantes do Conselho Regional no Comité de Acompanhamento do Programa Regional Algarve 2030, tendo o Presidente da CCDDR Algarve, I.P. apresentando aos presentes uma proposta, composta por 2 representantes dos municípios, tendo a mesma sido aceite.

Os representantes do Conselho Regional no Comité de Acompanhamento do Programa Regional Algarve 2030, agora apresentados, serão o Eng. Rui Cristina (Presidente da Câmara Municipal de Albufeira) e o Eng. Telmo Correia (Presidente da Câmara Municipal de Loulé).

A proposta foi acolhida pelos membros do Conselho e tratando-se da única lista apresentada foi colocada à votação dos presentes. A proposta foi votada através de voto secreto, em urna e aprovada por maioria, com 28 votos a favor, 3 votos em branco e 2 votos contra, dos 33 membros presentes, uma vez que nesta eleição, entretanto, juntou-se mais um membro do Conselho Regional.

De seguida, o Presidente da Comissão Permanente passou a palavra ao Vogal Executivo do Programa Regional Algarve Dr. Aquiles Marreiros, que no âmbito do ponto 4 da ordem de trabalhos, fez uma apresentação da situação, execução e reprogramação do Programa Regional Algarve 2030.

O Dr. Aquiles Marreiros fez a apresentação do ponto situação de implementação do Programa, dando conta da realização e resultados alcançados, o contributo da economia do Algarve para o PIB Nacional, uma breve apresentação dos 7 eixos e respetiva dotação, as principais alterações da reprogramação do Programa, que foram aprovadas no dia 15 de dezembro 2025, e por último que foi cumprida e ultrapassada a meta N+3 de 2025, agradecendo o empenho de todos para a sua concretização, e colocando-se ao dispor para esclarecimentos adicionais.

No período de esclarecimentos, interveio o Eng. Macário Correia, colocando um desafio/proposta ao Conselho Regional, onde deu conta da ausência de apoios para construção de residências para pessoas idosas no Algarve, por sermos uma região de transição, não significa que a nossa população também esteja bastante envelhecida, e que há mais de uma década que não existe aviso de fundos europeus em financiamento destas residências, e que deveria ser elaborado um memorando reivindicativo do Conselho Regional, para fazer chegar junto da Tutela esta reivindicação.

De seguida o Presidente do Conselho Regional deu a palavra à representante da CGTP Dra. Catarina Marques, que deixou várias notas, valorizou o alcance das metas e objetivos atingidos pelo Programa Regional Algarve 2030, e congratulou-se pelo crescimento económico da região em 2,3%, que são reflexo da dinâmica regional, mas que não reflete na realidade de grande parte da população e dos trabalhadores do Algarve, uma vez que os índices da pobreza na região aumentaram, em virtude dos baixos salários, um custo de vida bastante elevado, e respetiva inflação. Portanto, a população algarvia sente bastantes dificuldades, para responder às suas necessidades. Já para não falar da questão da sazonalidade, que já está mais esbatida, mas que continua a afetar os níveis de desemprego durante a época baixa. Quanto à questão levantada pelo Eng. Macário sobre o setor social, que é bastante pertinente, reforçar o tema dos baixos salários dos trabalhadores deste setor, que não são nada valorizados. As dificuldades em adquirir ou arrendar uma habitação no Algarve, face ao elevado preço do mercado imobiliário, o que também agrava as condições de vida da população, por isso é extremamente importante canalizar a verba existente no Programa Regional Algarve 2030, no eixo habitação, para habitação acessível, e para o alargamento do parque de habitacional público.

O Vogal Executivo PR Algarve 2030, agradeceu as intervenções e esclareceu que a verba que existe no eixo da habitação será para 4 tipologias, a tipologia de habitação social, habitação a custos controlados nesta vertente tem como destinatários necessariamente os municípios, mas que haverá mais duas tipologias em que os destinatários não serão os municípios, uma será para criação de residências universitárias, e a outra será para casas de função. Quanto aos dados apresentados esclarecer que estes não são dados regionais, são dados de impacto e de realização do programa regional, ou seja, há retratos e há informação que é tratada também na sede, na esfera da comissão de coordenação e desenvolvimento regional que acompanhamos, mas o que trouxe aqui hoje são aquilo em que para os quais o programa contribuiu. Nós somos acompanhados e monitorizados ao nível de indicadores de realização e de resultado, temos metas para cumprir e estas foram as metas que alcançamos cumprindo aquilo que estava previsto no 2020. No Algarve 2030, enfatizou haver mais de 150 indicadores de desempenho, seja da realização, seja de resultados.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Câmara de Aljezur Dr. Manuel Marreiros.

Iniciando a sua intervenção tendo em consideração a intervenção do Eng. Macário Correia no concerne às pessoas idosas, referindo que existe vários padrões de

idosos, os que vão para os Lares, os que vão para Lares clandestinos, os que ficam nos hospitais, e os que são transferidos dos hospitais para as Unidades de cuidados continuados. Sendo que quem suporta os custos desta Unidades de Cuidados Continuados são as IPSS, como os custos reais de um utente é muito superior à contrapartida estatal, acaba muitas vezes a serem os Municípios a apoiar as IPSS, colmatando esta insuficiência financeira. Desta forma concorda que se trata de uma matéria de a região do Algarve deverá refletir.

Também referiu, que é relevante a apresentação feita pelo Vogal Executivo, dando enfoque o trabalho desenvolvido pela Autoridade de Gestão da CCDR Algarve, I.P., nos últimos anos, e os desafios futuros, sendo importante o trabalho conjunto, entre a CCDR Algarve, I.P., os Municípios e os setores económicos. Esse será o grande desafio futuro.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente de Câmara de Faro, Dr. António Miguel Pina, fazendo um parêntese sobre a intervenção da representante da CGTP, em relação ao crescimento económico da região, que foi apresentado e o desenvolvimento económico e social. Constatou que o Algarve realmente tem um crescimento enorme do ponto de vista do crescimento económico e da criação de riqueza, mas o mesmo não é verdade quanto ao desenvolvimento económico e social. Por isso, era relevante ponderar estes números com o relatório de desenvolvimento social da região elaborado pela AMAL, demonstrando que a receita das famílias, o nível de escolaridade, o nível de cobertura dos estabelecimentos de ensino público, o índice de cobertura dos estabelecimentos de saúde, são inferiores à média nacional. Por outro lado, o insucesso escolar é superior à média nacional. É nesse sentido, que existe forte financiamento na CCDR para apoiar as escolas. Portanto a região produz riqueza, mas ela não é distribuída da mesma maneira, existe carência de equipamentos sociais. Nos últimos 20 anos estamos fora no objetivo 1 nos vários Quadros Comunitários. Por outro lado, temos o setor empresarial que tem tido maior apoio, que tem de olhar a componente, de ajudar os seus empregados a viverem melhor, é necessário conjugar o crescimento com o desenvolvimento económico.

O Sr. Presidente do Conselho Regional, agradeceu mais uma vez as intervenções, e referiu que temos de ter consciência da estrutura económica rendimentos que afetam de forma continua baixos salários, sendo muito difícil com esta estrutura económica, e com os atuais setores, subir muito na escala dos salários, essa é uma parte em que a posse do capital não está a regionalizar tão bem, não é uma questão de distribuição, de afetação de ativos, sendo que este assunto já se discute há mais de 40 anos, portanto há falta de eficácia no que diz respeito à alteração na forma de funcionar em termos económicos e sociais. Terminando a afirmar que já se teve mais longe de se conseguir essa eficácia, passando a palavra à Vice-Presidente Dra. Elsa Cordeiro, para apresentação do ponto seguinte “Monitorização do Contrato Programa”.

A Vice-Presidente Dra. Elsa Cordeiro, agradeceu ao Senhor Presidente do Conselho Regional e a todos os membros da mesa da Comissão Permanente e aos restantes membros presentes na sala, referindo que foi o membro do Conselho Diretivo que acompanhou junto da AD&C e da OCDE esta monitorização, lembrou que aquando

da publicação do decreto lei n.º 36/2023 de maio de 26 de maio que converteu as CCDR em institutos públicos, em dezembro desse ano, todos os presidentes das CCDR assinaram um contrato programa a que estão obrigados a cumprir. Fez uma pequena síntese do que foi esta monitorização, tendo chegado a um documento final que serve apoio e reporte à própria tutela e ao Conselho de Concertação Territorial que se enquadra no processo da reforma administrativa do Estado iniciada em 2023, com reforço do papel regional das CCDR. O enquadramento e os objetivos dos contratos programas constituem um instrumento de governação multinível, visando alinhar políticas públicas nacionais com a concretização regional através de objetivos, metas e indicadores territorializados. Abrange duas grandes áreas: políticas públicas de desenvolvimento regional, onde é feito o planeamento e o desenvolvimento regional, o ordenamento do território, e autarquias locais e nas políticas setoriais o ambiente, a conservação da natureza, a economia, a cultura, educação, agricultura e pescas e a gestão de fogos rurais. O primeiro exercício de monitorização foi feito durante o ano de 2024, tendo em consideração a reforma administrativa de 2023 e o alinhamento entre as políticas nacionais e a execução nas várias regiões, a finalidade deste relatório foi apoiar o reporte ao Conselho de Concertação Territorial, avaliar o progresso do inicial e identificar desafios e melhorias, preparando a avaliação intermédia que nesse contrato de programa já estava lá inscrita, que ocorrerá em 2026. Os contratos programas são um instrumento de governação multinível, é a relação do governo central e as regiões, tem a vigência de 2024 até 2029, prevendo-se uma revisão brevemente, devido às dificuldades de medição dos vários indicadores. Os indicadores contratualizados são 66, 20 são macro, 25 são indicadores relacionais e 21 são transacionais. Os transacionais são os únicos que dependem diretamente das CCDR. As metas e baselines são diferenciadas por regiões. Os principais resultados de 2024 constantes deste relatório, há uma tendência positiva em vários indicadores, mas existe uma distância significativa às metas finais, ou seja, estamos a fazer um exercício em 2024 para atingir as metas de 2029. Conclusão deste relatório, a monitorização é essencial para corrigir os rumos e para atingir os objetivos desse contrato de programa em 2029, este primeiro exercício é estruturante, e a necessidade de reforçar a governação e os próprios dados. Concluiu a apresentação, colocando-se ao dispor para perguntas e respostas.

De seguida, interveio o Sr. Vice-Presidente Arq. José Pacheco, fazendo um breve balanço da Unidade Ordenamento do Território e da Unidade do Ambiente e Conservação da Natureza, com uma apresentação das competências destas Unidades e dos recursos humanos afetos às mesmas. Deu nota de que há uma resolução de 2023 que determina a alteração e a recondução do programa PROT, e que, a CCDR já tinha realizado o que lhe compete, que foi o relatório sintético da execução do PROT Algarve, já apresentado no último Conselho Regional realizado há uns meses, dando nota que foi solicitado junto da Tutela financiamento, para a respetiva alteração.

Fez um ponto de situação, sobre a revisão dos 16 Planos Diretores Municipais. De seguida, deu nota que em relação à reserva ecológica nacional, todos os municípios têm as respetivas cartas em vigor, e quanto à delimitação da Reserva Agrícola Nacional, referiu que existe algumas dúvidas em relação ao novo regime

jurídico, e que se aguarda clarificação. Também deu nota que em relação ao Cadastro Predial, só 3 Municípios do Algarve (Loulé, S. Brás de Alportel e Tavira), o processo está realizado parcialmente.

Quanto á Unidade do Ambiente e Conservação da Natureza, deu nota do número de Avaliações de Impacto Ambiental realizadas, e referiu a preocupação em relação aos resíduos produzidos na região e respetivo impacto ambiental, falou do licenciamento industrial e da monitorização da qualidade do ar.

Por último, deu nota da dificuldade em atingir os indicadores constantes no Contrato-Programa, e do desafio futuro para os alcançar, referindo a inexistência de deferimentos tácitos, muito devido á qualidade dos nossos RH e do Plano de Formação definido pela CCDR. Agradecendo e colocando-se ao dispor para qualquer esclarecimento.

Tomou de seguida a palavra do Diretor de Unidade Agroalimentar e Desenvolvimento Rural, Eng. Rui Miguel Mota e Costa, fazendo um breve balanço da sua Unidade, dando nota das ações de fiscalização concretizadas, e que vão de encontro aos indicadores constantes no Contrato-Programa, estando os mesmos inscritos no Plano de Atividades da CCDR. Também deu nota quanto ao número de ações, esclarecimentos realizados em 2025 direcionadas aos agricultores, que o tempo médio de análise de candidaturas está a ser cumprido, e que os investimentos nos Polos Tecnológicos do Patacão e Tavira estão concretizados. Finalizou sinalizando, a publicação do despacho 258/2026, referente á transferência de vários aproveitamentos hidroagrícolas para a Associação de Regantes do Sotavento, colocando-se ao dispor para qualquer esclarecimento.

Tomou a palavra, de seguida a representante da Associação Portuguesa dos Aquacultores, Dra. Marta Rocha, demonstrou satisfação pelo atual estado de armazenamento das nossa albufeiras, mas que pretende expor três preocupação, uma é a perda de área do licenciamento aquícola, os pareceres desfavoráveis de várias entidades, que dão prioridade à renaturalização dos estabelecimentos aquícolas que estão inativos, tanto da ostra como para a ameijoia, que são as duas espécies mais produzidas no Algarve, por último o facto de no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, as áreas P1 vão desaparecer em 2028, haverá uma perda de cerca de 60 hectares aquícolas, e que este tema deverá ser discutido em sede de Conselho Regional.

De seguida o Presidente do Conselho Regional, passou a palavra à Presidente de Câmara de S. Brás de Alportel, Dra. Marlene Guerreiro, que referiu que existe outra preocupação a ter em conta, e a necessidade de se pensar numa estratégia regional para a apicultura, em virtude dos riscos atuais na nossa biodiversidade, colocando toda a disponibilidade do Município de S. Brás de Alportel, para a concretização dessa estratégia conjunta.

Face ao desafio lançado pela Sra. Presidente de Câmara de S. Brás Alportel, tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente da CCDR Algarve, I.P. Dr. Pedro Valadas Monteiro, referindo que o setor apícola tem uma enorme importância económica, mas acima tudo ao nível da biodiversidade, face aos riscos que corre ao nível Mundial. Referindo que 90% dos alimentos que consumimos têm origem na polinização, por

isso a abelhas são altamente frágeis. Nesse aspeto, e muito mais, têm-se de feito um esforço de sensibilização junto do Ministério da Agricultura, para colmatar algumas desigualdades que o setor enfrenta em relação a outros setores agrícolas, aproveitou para informar que pela primeira a apicultura tem uma medida agroambiental específica, e no Algarve houve cerca de 1.300 candidaturas, sendo a nossa região a que mais apicultores profissionais tem a nível nacional. Trata-se de um trabalho contínuo, e que teremos de manter a nossa persistência junto da Tutela.

Voltou a tomar a palavra o Sr. Presidente de Câmara de Aljezur, Dr. Manuel Marreiros, referindo que em relação aos PDM e à RAN, uma vez que a carta da Reserva Agrícola Nacional de 1992, não é coincidente, nem dá resposta ao regime jurídico atual, nesse sentido deixava uma declaração de princípio, que não vai aceitar a carta da RAN de 1992, e que tudo fará para que seja aplicado o regime jurídico atual.

Por último tomou a palavra a Presidente de Câmara de Castro Marim Dra. Filomena Sintra, para deixar uma palavra de apreço muito especial, para com o Vice-Presidente Arq. José Pacheco, uma vez que o mesmo contribuiu muito para projetos estruturantes em Castro Marim, e por isso estava muito grata, uma vez que áreas como planeamento e ordenamento são fatores chave da gestão pública. Por último agradeceu à CCDR Algarve, I.P. e ao Conselho Diretivo, todos os esclarecimentos prestados nesta primeira reunião do Conselho Regional.

O Presidente do Conselho Regional deu por encerrada a reunião eram 17h30m.